

## CAPÍTULO XIV - Cartago e Roma de 241 a 218

Enviado por Jorge Almeida  
18-Out-2006  
Actualizado em 28-Jan-2007

**CARTAGO E ROMA DE 241 A 218. A REVOLTA DOS MERCENÁRIOS EM CARTAGO.** Concluída a paz, Amílcar evacua Eryx e leva os seus mercenários a Lilibeu. Aí demite-se. A paz com Roma significava o fim da influência do seu partido e o reforço dos &ldquo;agrários&rdquo; de Hannon. O comandante de Lilibeu, Gisgo (Gisgão ou Giscão), ocupou-se da evacuação dos mercenários para Cartago. Prevendo desordens e temendo a concentração em África duma tal quantidade de homens em armas, fá-los partir em pequenos contingentes, dando assim ao governo cartaginês a possibilidade de os ir encaminhando para os seus países de origem. Mas o ávido e obtuso grupo no poder queria que os mercenários renunciassem aos prémios prometidos por Amílcar bem como a uma parte dos seus soldos, e deixou que se reunissem em grande número na cidade. Começam então as desordens e os actos de pilhagem. Compreendendo o seu erro, o governo decide transladar os mercenários para a fortaleza de Sicca, no sudoeste do país. Com a promessa de rápido pagamento dos soldos e pequenos presentes conseguem fazê-los sair de Cartago. Em Sicca os mercenários continuaram entregues à sua sorte, em meio da indisciplina, à espera do prometido pagamento. Hannon vai ao seu encontro e, alegando a grave situação do Tesouro cartaginês, tenta convencê-los a renunciarem a uma parte do que lhes deviam. De imediato os mercenários se reúnem em tumultuosas assembleias de líbios, iberos, campânios, lígures, gauleses. Exasperados, mais de 20.000 homens, comandados pelo líbio Mathos, o campânio Espêndio e o gaulês Autarito, marcham em direcção a Cartago, ocupando a cidade de Túnis. É-lhes enviado Gisgo, com instruções para tratar do pagamento do soldo atrasado. Mas já se tornara impossível ter mão nos revoltosos. Gisgo e os que o acompanham são insultados e presos. Começara a rebelião aberta. Os revoltosos enviam mensageiros por todo o país, convidando as populações a unirem-se-lhes. Se o domínio cartaginês na Libya já antes era gravoso, a guerra tornara-o insuportável. A população agrícola era obrigada a entregar ao Estado a metade das colheitas; os tributos nas cidades haviam sido elevados para o dobro, com a mora no pagamento a acarretar o cárcere. A revolta dos mercenários teve, pois, amplo eco. As populações enviaram-lhes contingentes auxiliares e víveres. Dizem as fontes que as mulheres chegaram a oferecer as suas jóias para custear a revolta. Nas mãos de Mathos e de Espêndio acumulou-se um enorme fundo para a condução da guerra. Só as cidades de Útica e de Hipona (Utica et Hippo Regius), a norte, se mantiveram com Cartago, com os mercenários a sitiá-las. Cartago dispunha da milícia da cidade, de algumas forças mercenárias, da cavalaria e de 100 elefantes. Comandadas por Hannon, essas forças sofreram uma dura derrota. O poder passa de novo ao partido de Amílcar, que é nomeado comandante supremo. Com ele, o sítio de Útica depressa é levantado, pondo-se assim fim ao bloqueio a Cartago por terra. Amílcar conseguiu ainda entrar em aliança com um dos chefes númidas, que lhe põe à disposição uma divisão de 2.000 cavaleiros. Usando todas as suas forças, Amílcar ataca Espêndio e Autarito (Mathos estava então nas imediações de Hipona), derrota-os e faz cerca de 4.000 prisioneiros. Integrando nas suas forças aqueles que quiseram pôr-se ao seu serviço, devolve a liberdade aos restantes, advertindo-os, porém, de que seriam executados sem piedade se voltassem a pegar em armas. A conduta de Amílcar assustou os chefes revoltosos. Temendo a desagregação das fileiras mercenárias, convocam uma assembleia para excitar os ânimos contra os púnicos. Gisgo e os outros prisioneiros cartagineses são torturados e mortos pela multidão. A guerra prosseguiu, cada vez mais cruel. Não se faziam prisioneiros, os sobreviventes eram entregues ao suplício. Entretanto o partido de Hannon conseguira que o mando militar fosse exercido conjuntamente pelos dois chefes. Devido aos constantes desacordos entre eles as forças púnicas irão permanecer inactivas, enquanto que a rebelião continuava a espalhar-se. Útica e Hipona caem em poder dos revoltosos e de novo Cartago é isolada, tornando-se-lhe muito difícil o aprovisionamento. Hannon é afastado do comando e Amílcar, sem o estorvo do duplo mando, inicia uma campanha metódica de aniquilação, apoiando-se nas fortificações de Cartago e explorando a sua superioridade em cavalaria e elefantes. Começa por devastar sistematicamente o território de retaguarda dos revoltosos, reduzindo-os à fome e obrigando-os a levantar o bloqueio a Cartago. Após isso consegue empurrar para uma posição desvantajosa o grosso do exército de mercenários e líbios, comandados por Espêndio e Autarito. E circunda-os com um fosso e um cercado, condenando-os à fome. Com a situação a chegar ao extremo do canibalismo, os chefes mercenários apresentam propostas de paz. Amílcar finge anuir mas, quando se lhe apresentam em embaixada os dez mais destacados chefes rebeldes, entre os quais Espêndio e Autarito, ordena a sua prisão. Rodeia depois os revoltosos famintos com os elefantes e as tropas e extermina-os (seriam mais de 40.000 homens). Seguidamente marcha contra Túnis, onde se encontravam Mathos e as restantes forças rebeldes. Ali, à vista dos sitiados, crucificaram Espêndio, Autarito e os outros chefes aprisionados. Mathos não se deixou cair no desânimo e, aproveitando a negligência dos cartagineses, organiza um ataque de surpresa. Muitos púnicos tombam, o seu campo é tomado e o próprio comandante cartaginês é capturado. Após tortura, é crucificado sobre a mesma cruz em que morrera Espêndio. Trinta nobres cartagineses são mortos sobre o seu cadáver. Esta derrota obrigou Amílcar a retirar de Túnis. O governo púnico teve de tomar medidas extraordinárias. Todos os cidadãos cartagineses aptos a pegar em armas são incorporados no exército. Face ao perigo, os dois partidos da classe dirigente unem-se, Amílcar e Hannon passam a actuar em perfeito acordo. As operações militares irão desenrolar-se sobre todo o território cartaginês, com êxitos sucessivos para os púnicos. Por fim, havendo ambas as partes mobilizado todas as suas forças para a batalha, os mercenários e os líbios são derrotados e Mathos é capturado. Quase toda a Líbia, com as excepções de Útica e Hipona, é submetida. Mas também estas duas cidades acabarão por se render incondicionalmente. Os cartagineses festejaram o esmagamento da revolta com uma marcha triunfal. No decurso dela, Mathos e os restantes rebeldes capturados foram sujeitos às mais incríveis torturas, sendo depois executados. A revolta durara cerca de três anos e quatro meses, de 241 a 238. Políbio (I, 88, 7): foi «a guerra mais cruel e selvagem de todas as guerras...que conhecemos». **CARTAGO PERDE A SARDENHA.** Roma e

Siracusa ajudaram os púnicos durante a revolta dos mercenários e dos líbios. Também na Sardenha os mercenários púnicos se revoltaram. Os rebeldes propuseram aos romanos a entrega da ilha, mas a oferta foi recusada. E do mesmo modo responderam os romanos às propostas dos rebeldes de Útica. Roma entregou a Cartago os prisioneiros púnicos (da guerra na Sicília) ainda em seu poder, trocando-os por alguns mercenários romanos capturados pelos cartagineses quando tentavam abastecer os revoltosos. O senado proibiu os itálicos de comerciarem com os rebeldes, recomendando-lhes que, ao invés, tratassem de abastecer os púnicos. O governo cartaginês foi mesmo autorizado a recrutar mercenários em Itália. Também Hierão auxiliou Cartago nos difíceis dias do bloqueio, pois que a destruição de Cartago só reforçaria ainda mais Roma e a conseqüente ameaça à independência de Siracusa. Quando se tornou evidente que a revolta fora dominada, Roma mudou de atitude. Em 238 os rebeldes sardos, com o apoio da população cidadina local, renovam a Roma a sua proposta... que desta vez é aceite. Começa a ser preparada uma expedição para a ocupação da ilha. O governo cartaginês protesta e começa também a preparar uma armada. Os romanos respondem declarando a guerra a Cartago. Exangues, sem forças para travar uma nova guerra, os cartagineses são obrigados a renunciar à Sardenha, tendo ainda de pagar a Roma um novo tributo de 1.200 talentos. Foram necessárias várias expedições romanas para vencer a resistência dos indígenas da Córsega e da Sardenha. Em 227 as duas ilhas serão organizadas como província. Um quarto pretor passa então a ser nomeado anualmente, como seu governador. Toda a população das duas ilhas teve de pagar a dízima. AMÍLCAR E ASDRÚBAL NAS ESPANHAS. Em Cartago a questão sarda reforçou ainda mais o partido de Amílcar (a influência política dos Barca já crescera consideravelmente durante a revolta). O partido militar, apoiando-se na assembleia popular, elabora então um vasto plano de conquistas nas Espanhas, tratando de compensar a perda das ilhas e visando preparar uma sólida base de operações para nova guerra contra Roma. Em 237 Amílcar parte para a Hispania com um pequeno exército. A frota era comandada pelo genro, Asdrúbal. Aníbal, com nove anos, vai com o pai. Nessa época os cartagineses só podiam contar com o apoio de algumas cidades fenícias da costa, Gades (Cádiz), Malaca (Málaga), etc. Desde há muito os colonizadores fenícios e gregos se haviam feito presentes na Iberia, atraídos pelos seus minérios: ouro, prata, cobre e ferro. A Iberia meridional dava também acesso às rotas do Atlântico. Depois das colunas de Hércules a linha de navegação dividia-se, dirigindo-se uma rota para sul, ao longo da costa ocidental africana, até à Guiné; a outra seguia para norte, ao longo das costas ibéricas, até à Bretanha e às ilhas britânicas. Essas rotas eram conhecidas dos audazes navegantes do Mediterrâneo desde tempos remotos. Da primeira traziam ouro e marfim. Da segunda, o estanho. As mais antigas colónias na Iberia foram as fenícias. A partir do século VII, os gregos de Foceia (na Jónia, Ásia Menor) fundam Massilia (Marselha), na costa meridional da Gália, e Mainaké (na região de Málaga), no sul ibérico. No século VI os cartagineses detêm a expansão grega. Por volta de 535 (540, segundo o &ldquo;Atlas Stock&rdquo;), aliados com os etruscos, derrotam a frota grega junto à Córsega. A partir desta data começa a declinar o poder dos focenses no Mediterrâneo ocidental, se bem que Massilia tenha continuado, com êxito, a luta contra Cartago. No decurso do século VI Cartago estende o seu domínio sobre a costa norte da África, estabelece-se solidamente na Sicília e na Sardenha e começa a penetrar nas Espanhas, servindo-se das cidades fenícias como pontos de apoio. Na Iberia os púnicos tiveram como adversários os Phocaeenses e os Tartessius. Tartessos (em fenício, Tarsisc; em hebreu, Tarshich), situada na foz do Bétis (Guadalquivir), era um centro de civilização muito antigo e evoluído, de origem ibérica mas com forte influência de gregos e fenícios. A extracção dos minérios das montanhas da Sierra Morena e a metalurgia de Tartessos, em particular a do bronze, permitiram um intenso comércio com as cidades costeiras fenícias e gregas. Tartessos importava estanho da Britannia para o fabrico do bronze, e ouro e marfim de África. Esta civilização terá estendido a sua influência a todo o sudeste hispânico (actuais Andaluzia e Múrcia), atingindo o seu apogeu entre os finais do século VII e a primeira metade do VI. As relações entre Tartessos e as colónias costeiras mantiveram um carácter pacífico até à chegada dos cartagineses. No século VI, numa grande guerra, Mainaké e Tartessos são destruídas pelos púnicos. Formam-se assim no sudeste ibérico vastas possessões coloniais cartaginesas que se estendiam até à Sierra Morena, no interior, e ao Cabo de Palos, sobre a costa. Para lá deste cabo, a norte, encontravam-se as possessões de Massilia.

Cartago controla agora as rotas comerciais da África ocidental e da costa atlântica europeia até à remota Britannia. Apodera-se das minas da Sierra Morena. O fértil vale do Bétis abastece-a de cereais, vinho e azeite de oliva. As cidades costeiras fenícias, Gades, Malaca, Abdara, são incorporadas no domínio cartaginês, gozando provavelmente de autonomia. As tribos indígenas tornam-se um manancial de contingentes mercenários. As fontes antigas dividiam as numerosas tribos em quatro grupos principais: lígures, iberos, celtas e celtiberos. A massa fundamental da população peninsular era formada pelas tribos de iberos. (Sobre a antiga população da Ibéria, consultar o &ldquo;Dicionário de História de Portugal&rdquo; dirigido por Joel Serrão, das &ldquo;Iniciativas Editoriais&rdquo;; ver tópicos &ldquo;Iberos&rdquo; e &ldquo;Lígures&rdquo;.) O domínio cartaginês no sudeste ibérico manteve-se por mais de dois séculos. Em 348 apresentava-se consolidado, como o atesta o segundo tratado com Roma. Segundo Políbio (I, 10, 5), nos começos da primeira guerra púnica Cartago continuava a deter as suas possessões na Hispania. Porém, no decurso do conflito hão-de tê-las perdido na maior parte, pois que Amílcar teve de as reconquistar. Políbio (II, 1, 5-6): «Mal tinham acabado os cartagineses de devolver a paz à Líbia, reuniram um exército e enviaram Amílcar à Ibéria...Amílcar atravessou o estreito...e restaurou o domínio de Cartago na Ibéria». Mas nada sabemos sobre o que ali se terá passado entre os anos de 264 e 237. Provavelmente Massilia, em aliança com as tribos locais, terá tratado de expulsar os púnicos, então com todas as forças empenhadas na Sicília e, depois, em África. De qualquer modo, em 237, na Ibéria, Cartago apenas dominava algumas cidades costeiras fenícias, o que no entanto lhe permitia o controle do estreito. Desembarcando em Cádiz, Amílcar inicia a reconquista dos territórios perdidos. Após oito ou nove anos de guerras com os iberos e os celtas, recorrendo ora à astúcia ora às mais cruéis medidas punitivas, havia conseguido estender consideravelmente a faixa costeira sob domínio púnico, que para além do Cabo de Palos. Em 231 os romanos enviam-lhe uma embaixada a exigir-lhe explicações das conquistas. Os romanos pretextaram o desrespeito pelo velho limite entre as possessões de Cartago e de Massilia, o Cabo de Palos. Amílcar diz aos embaixadores que a sua actividade na Iberia

visava apenas arrecadar dinheiro para o pagamento das compensações de guerra aos romanos. Por então Roma bastou-se com esta resposta diplomática. Amílcar dispunha na Iberia de absoluta independência face ao governo cartaginês. Era apoiado pelo partido democrático-militar, então no poder, que subsidiava com o despojo espanhol. Além disso, em Cartago era usual conceder uma grande autonomia aos chefes militares que operavam nas províncias. Esses chefes eram acompanhados por um conselho composto de membros do senado; com os cidadãos cartagineses que serviam no exército provincial a constituir uma &ldquo;espécie&rdquo; de assembleia popular. No Inverno de 229/228 Amílcar afoga-se na travessia de um rio, quando conduzia operações contra uma tribo ibérica. O sucessor foi Asdrúbal, o seu genro e ajudante, que prosseguiu muito habilmente a política do partido militar. A fronteira oriental foi levada até ao Iberus (Ebro) e a influência de Asdrúbal estendeu-se até às mais remotas regiões interiores. Dispunha de um exército de 50.000 infantas e 6.000 ginetes. Na costa sudeste, num golfo, fez erguer a praça-forte de Nova Cartago (Cartagena), que se torna a capital dos Barca e o principal pilar do seu poderio. Nas suas proximidades encontravam-se ricas minas de prata. Os romanos, alarmados, enviam uma nova embaixada em 226, exigindo que as tropas púnicas não passem para norte do Ebro. Asdrúbal consentiu-o de boa-vontade, pois que desse modo os romanos estavam a reconhecer as suas conquistas. Em 221 Asdrúbal é morto por uma mulher celta. O exército proclama então como chefe supremo o seu cunhado, e primogénito de Amílcar, Hannibal. Cartago confirma-o, não sem nova luta entre os partidos. A facção contrária aos Barcas exigia a confiscação a favor do Estado das elevadas somas com que Amílcar e Asdrúbal haviam corrompido povo e governo. Mas Aníbal, apoiando-se na sua grande popularidade no seio do exército da Iberia e seguindo a &ldquo;tradição&rdquo;, compra com presentes ao senado e à assembleia popular a sua confirmação.

**AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS EM ROMA.** Em Roma, como em Cartago, o período entre a I e a II guerras púnicas foi de ascensão do movimento democrático. Tal aconteceu pela acção de uma lei histórica geral: quando uma nação se encontra nas vésperas de um choque decisivo há que requerer a máxima mobilização das suas forças populares (a mero título de exemplo, lembrem-se as reformas de Lloyd George em Inglaterra nas vésperas da I Guerra mundial; assim como não é por acaso que Blair, antes ainda de partir, munido do velho capacete colonial, em viagem guerreira com o amigo americano, se afadigou na pacificação da Irlanda do Norte). Acresce que em Itália o povo ganhara a guerra, pagando um alto custo em sangue, sem no entanto alcançar com isso qualquer vantagem. Na Sicília, por exemplo, nem sequer uma colónia será fundada. Provavelmente em 241, os comícios por centúrias são reformados, pondo fim ao domínio absoluto da primeira classe de proprietários. A base da reforma foi estabelecida pela fusão do princípio territorial e da regra do censo. As tribos são agora em número de trinta e cinco (após a guerra haviam-se formado duas novas tribos, a Quirina e a Velina, nos territórios dos sabinos e dos picentinos). Os cavaleiros mantiveram as suas dezoito centúrias; os proletários, uma; os operários e músicos militares, quatro, independentemente das tribos. As &ldquo;restantes&rdquo; centúrias são divididas em igual medida pelas cinco classes e pelas trinta e cinco tribos, com cada classe a formar duas centúrias em cada tribo, uma de seniores, outra de juniores. Deste modo, em cada tribo havia dez centúrias e cada categoria do censo dispunha, no conjunto das tribos, de setenta centúrias. As setenta centúrias de cada classe somadas entre si e às centúrias independentes de cavaleiros, proletários e operários e músicos formavam um total de 373, sendo a maioria dada por 187 centúrias. O peso eleitoral decisivo passava assim da classe mais rica para as classes médias. O novo sistema manteve um dos defeitos do anterior: um número diverso de pessoas na composição das centúrias. As de seniores tinham menos elementos que as de juniores, e as centúrias das cidades densamente povoadas e das tribos dos arredores citadinos albergavam muito mais gente do que as das pequenas cidades. Os seniores e os habitantes das zonas menos &ldquo;democráticas&rdquo; dispunham assim de um voto privilegiado. (Esta exposição da reforma de 241 é de carácter hipotético. Desconhece-se, por exemplo, quais os bens então considerados pelo censo para aferir da riqueza de cada um, bem como o montante da fortuna para cada classe; não se sabe tampouco quem promoveu a reforma...talvez tenha sido uma iniciativa dos censores de 241, Aurélio Cota e Fábio Buteão.) Entre 222 e 218, é promulgada a lex Claudia, proposta e apresentada na assembleia popular pelo tribuno da plebe Quinto Cláudio, contra a opinião do senado. Segundo Lívio (XXI, 63), a lei prescrevia «que nenhum senador ou filho de senador podia possuir um navio de capacidade superior a 300 ânforas. Esta capacidade considerava-se suficiente para o transporte de coisas de uso pessoal, pois reputava-se vergonhoso para os senadores ocuparem-se do comércio». Uma ânfora equivalia a cerca de 26 litros. A lei previa, pois, uma carga de aproximadamente 8.000 litros, a capacidade de uma pequena nave. Os senadores, interessados no comércio marítimo, trataram de contornar a lei recorrendo sobretudo a terceiros.

**A CONQUISTA DA GÁLIA CISPINA.** O acesso a parcelas de terra foi uma das exigências do movimento democrático nos anos de 240 a 230. Caio Flamínio, tribuno da plebe de 232, não obstante oposição do senado, fez aprovar nos comitia tributa uma distribuição de pequenas parcelas no ager Gallicus. Em 236 já houvera uma incursão gaulesa até Ariminum, fracassada em razão de discórdias internas. Em 225 grandes massas de gauleses da Cisalpina, reforçadas por contingentes de além Alpes, cruzam os Apeninos. Era a resposta celta às tentativas romanas de infiltração no vale do Pó. Os romanos terão enviado contra eles forças muito numerosas (as fontes referem um total de 150.000 homens no decurso do conflito), concertando alianças com os vénetos e com a tribo gaulesa dos Cenomani. Os gauleses penetraram na Etrúria, até Clusium, onde derrotam um dos exércitos romanos. Mas o outro exército acorreu-lhe em auxílio. Carregados com o saque, os celtas retiram para ocidente, encetando o caminho de regresso ao longo da costa. Porém, junto à cidade de Telamon, são cercados em tenaz por 2 exércitos romanos. Derrotados, os gauleses terão deixado sobre o campo 40.000 mortos (no entanto os romanos fizeram apenas 1.000 prisioneiros). Os romanos passam a devastar os territórios das tribos galas. Em 224 submetem os boios (Boii). Em 223 o cônsul Caio Flamínio marcha contra os Insubres. Após ter cruzado o Pó, numa manobra envolvente através do território dos cenomanos, invade o país insubre. O exército dessa tribo, com cerca de 50.000 homens, é derrotado sobre a margem direita do rio Chiese. Flamínio, não confiando nos cenomanos, deixara-os sobre a margem esquerda destruindo a ponte que havia sobre o rio, garantia-se assim contra a possível traição dos aliados e punha as tropas ante o dilema de vencer ou morrer cortadas que

estavam as linhas de retirada. A tradição histórica hostil a Flaminio, oriunda dos círculos senatoriais e a que Políbio dá voz (II, 33), acusa-o de ter posto o exército numa situação perigosa e atribui a vitória unicamente ao valor dos oficiais e soldados romanos. Porém a assembleia popular, contra a vontade do senado, decretará o triunfo em honra do cônsul. Os ínsubres pedem a paz, que lhes é recusada. Em 222 reúnem todas as suas forças, agregando-lhes contingentes mercenários transalpinos. Os romanos respondem inundando a região de tropas. Após algumas batalhas favoráveis aos romanos, a principal cidade dos ínsubres, Mediolanum (Milão), é tomada. Os ínsubres rendem-se. Boios e ínsubres são forçados a ceder uma parte dos seus territórios, a entregar reféns e a pagar tributo. Na região dos Boii é fundada a colónia de Mutina (Modena); sobre o Pó, as colónias de Cremona e de Placentia (Placência; actual Piacenza).

**AS GUERRAS ILÍRICAS.** As costas da Illyria, muito escarpadas e com numerosas ilhas e baías, constituíam uma magnífica base para os bandidos do mar. Em embarcações ligeiras e velozes, os piratas ilírios pilhavam as costas da península balcânica e da Itália e atacavam os barcos comerciais, dificultando a navegação no Adriático e no Mar Jónico. Uma série de pequenas tribos da costa ilíria unem-se, formando um Estado de piratas que atinge o seu máximo desenvolvimento entre 240 e 230, nos reinados de Agrão e da sua viúva, a rainha Teuta, que lhe sucede em 231 na qualidade de tutora do filho menor. Os ilírios fizeram então uma aliança com Demétrio II, rei da Macedónia. No Outono de 230 o senado envia uma embaixada a Teuta, reclamando que fossem ressarcidos os prejuízos causados aos mercadores itálicos e a exigir a cessação dos ataques. Teuta, convencida de que os romanos não interviriam nos assuntos orientais, recebe os embaixadores com desdém, dizendo-lhes que não estava nos costumes da Ilíria impedir quem quer que fosse de tomar despojo no mar. Um dos embaixadores, sentindo-se ofendido, terá respondido, «Pois bem, nós trataremos de corrigir os costumes ilírios!» E Teuta, indignada, deu por encerrada a audiência. Na viagem de regresso, ainda na Ilíria, os embaixadores são agredidos, sendo assassinado o que a interpelara. Na Primavera de 229 uma grande frota ilíria entra em águas gregas e quase consegue tomar por meio de ardil Epidamnus (no Epiro; actual Albânia). Expulsos dali, os ilírios rumam a Corcyra (na ilha de Corfu). Depois de derrotarem uma pequena frota de aqueus e etólios, os ilírios ocupam a cidade. Chega então a águas orientais uma armada romana de 200 navios. Logo depois, é um exército de 22.000 homens que desembarca junto a Apollonia (actual Albânia). Demétrio II, o aliado dos ilírios, falecera, deixando no trono o filho de nove anos, Filipe V. O Estado macedónio encontrava-se então envolvido numa série de questões internas e externas e o regente Antígono Dosão não pôde por isso acudir a Teuta. Quando a frota romana chega a Corcira, o grego Demétrio de Faros, chefe da guarnição ilíria, entrega-lhes a cidade. As outras cidades gregas da costa adriática oriental, Apolónia, Epidamno, etc., colocam-se sob a protecção de Roma. Também algumas das cidades bárbaras vizinhas se submetem. Teuta teve de fugir para o interior do país, refugiando-se numa cidadela fortificada. No Outono de 229 um dos cônsules pôde regressar a Roma com uma parte do exército. O outro cônsul permaneceu na Ilíria, ali invernando. Teuta solicita a paz na Primavera de 228. Renuncia a todos os territórios, cidades e ilhas da costa adriática sob ocupação romana, compromete-se a pagar um tributo e a que as navios ilírios não naveguem para sul da cidade de Lezha (Albânia), salvo se desarmadas e em número não superior a duas. Os romanos entregam parte do território conquistado a Demétrio de Faros, que o governa como soberano independente. As populações dos restantes territórios, incluindo as cidades gregas de Corcira, Apolónia e Epidamno, ficaram numa situação semelhante à dos aliados de Roma, gozando de autonomia e de isenção de impostos e com a obrigação de prover Roma de tropas auxiliares. Concertada a paz, o cônsul romano que havia permanecido na Ilíria enviou embaixadores a informar os aliados aqueus e etólios. Os gregos manifestaram grande satisfação pela derrota dos ilírios, tentando simultaneamente comprometer os romanos numa guerra contra a Macedónia. Pouco tempo depois é o senado a enviar uma embaixada a Corinto, que será acolhida entusiasticamente. Os coríntios aprovaram até a admissão dos «bárbaros» romanos nos jogos ístmicos. Governada por Antígono Dosão a Macedónia recuperou a sua força, dominando sobre quase todo o Peloponeso. Demétrio de Faros, que após a morte (ou deposição) de Teuta passara a governar também uma parte da Ilíria, começa a agir abertamente como aliado de Antígono nos finais da década de 230/221. De início o senado não reagiu. Aumentando de temeridade, Demétrio surge em águas gregas com uma frota de piratas no ano de 220, apesar de Antígono haver falecido e do seu sucessor, o jovem Filipe V, estar então em guerra com os gregos. Roma desta vez responde. Em 219 de novo enviam uma poderosa frota para o Adriático, bem como um exército ao mando de ambos os cônsules. Procurando o prolongamento da guerra, à espera de auxílio dos macedónios, Demétrio encerra-se com as suas tropas em praças-fortes. Mas depressa os romanos conquistam as duas fortalezas mais importantes e a Demétrio não restou senão a fuga para junto de Filipe. As suas possessões ilírias passam ao protectorado de Roma. Nos finais de 219 os cônsules regressam a Roma. Alguns meses depois cairá na Ibéria a aliada Saguntum.

**ANÍBAL NAS ESPANHAS.** Em 221, quando é nomeado comandante em chefe na Ibéria, Aníbal tinha vinte e cinco anos de idade, mas era já um homem maduro. Havia feito uma excelente aprendizagem no difícil teatro de guerra espanhol. Lívio (XXI, 4): «Era tão audaz a enfrentar o perigo como cauto ao encontrar-se nele. Nada o cansava fisicamente ou o desmoralizava. Com igual estoicismo suportava o gelo e o calor sufocante; comia e bebia apenas o necessário...concedendo-se repouso naquelas poucas horas que lhe ficavam livres...não usava leitos cómodos nem buscava o sossego para adormecer...» Excelente chefe militar e hábil político, era também um homem muito instruído, dominando várias línguas, entre elas o latim. Nos Estios de 221 e 220, penetra na Hispania central e submete as belicosas tribos dos ólcades (Olcades; região do Ebro), vaceus (Vaccaei; margens do Douro) e carpetanos (Carpetani). Em 219 lança-se sobre o que restava a conquistar na costa oriental a sul do Ebro, Saguntum. Ao que parece, os romanos terão celebrado uma aliança com a cidade por volta de 226 (numa outra versão, em 231). As escaramuças entre os saguntinos e as cidades vizinhas submetidas a Cartago iniciam-se em 220. A cidade mandou embaixada após embaixada a Roma solicitando auxílio. O senado, por fim, envia embaixadores a Aníbal, que o advertem para não atacar Sagunto. Aníbal rechaça as exigências de Roma, acusando-a por sua vez de intervir nos assuntos internos de Sagunto (algum tempo antes os romanos haviam favorecido a subida ao poder na cidade do partido contrário a Cartago). Nada obtendo de Aníbal, a embaixada dirigir-se-á em vão a Cartago. Na Primavera de 219 inicia-se o cerco a Sagunto, em aberto desafio aos romanos. Situada numa

posição de difícil acesso, a cidade defendeu-se durante oito meses, esperando até ao fim o auxílio de Roma. O assalto final dá-se no Outono desse ano.